

Antropologia e questões de escala: os lugares no mundo

Paula Godinho

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL/ CRIA

p.godinho@fcsh.unl.pt

Communities, whatever their scale, continue in heterogeneous ways to reconstitute themselves as they make the world their own, inevitably in the face of tremendous economic and political constraints on their actions. As a result, anthropology has increasingly become the study of instability and fragmentation, of systems caught in contradictory currents of change.

Kay B. Warren, 2002

I. Numa exposição vista há poucos anos na Fundação Calouste Gulbenkian, *Potências de 10*, podia ser examinado o mundo através de diferentes escalas. Observava-se um casal que fazia um piquenique num parque em Chicago, sobre uma manta de lã preta e branca, o homem que adormecia, com a mão abandonada sobre o peito, à escala de 10°, a unidade. Víamo-lo a 10 metros, deitado na sua manta, a companheira a seu lado, os livros esquecidos entre os restos do piquenique, os outros frequentadores do parque, as crianças que circulavam de bicicleta. Depois, a 100 metros, já com todo o envolvimento, uma marina, um campo de futebol – ele, ainda que cada vez menos claro, continuava lá. A 1000 metros víamos a cidade, as ruas, as casas de que se compõem e desvanecera-se o homem que fruía um dia no parque. A 100 km, a 1000 km opera a escala da região ou do país e, quanto mais nos distanciamos, tanto mais se perde o que é de contornos claros e precisos – o homem que descansa com a mão no peito. Vemos toda a Terra, depois todo o sistema solar, toda a Via Láctea e as poeiras difusas do incomensuravelmente grande. Desapareceu há muito o nosso homem repousado, a cuja mão que descansa no peito podemos voltar para agora entrarmos, em potências negativas de 10, pela sua epiderme, a sua derme, os seus vasos sanguíneos até atingirmos um glóbulo branco, o seu ADN, uma molécula de hidrogénio e carbono, o nível do protão.

Trata-se dum bom aperitivo para pensar a noção de escala numa disciplina como a antropologia, entre os estudos de comunidade e a

cartografia possibilitada pelos trabalhos extensivos, as fragmentações pós-modernas e as concepções holísticas, o papel das redes e dos fluxos na compreensão da articulação entre o indivíduo e os colectivos que este integra, o local e o sistema-mundo. Esta reflexão resulta dum trabalho de terreno desenvolvido ao longo dos últimos vinte anos, de forma descontínua, na linha de fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza, no município português de Chaves e nos *concellos* galegos de Cualedro, Oimbra, Verín e Vilardevós. Aqui, torna-se evidente que os processos macro afectam o nível micro e as questões globais requerem um tratamento para o qual nem sempre a ciência antropológica nos apetrechou. O objectivo da investigação que se leva a cabo, centra-se numa *cultura de orla*, entre os processos globais e as lógicas locais, as comunidades face a face e as imaginadas, num período que se inicia na segunda metade do séc. XIX e desemboca no tempo denso da actualidade presenciada ao longo de estadias de terreno nos últimos vinte anos. Complexificando a perspectiva sobre as fronteiras como periferias, pretende-se olhá-las como centros de relações em que os limites nacionais são um recurso acrescido nas práticas locais, integrado como argumento pelos habitantes locais. O contexto vasto desta pesquisa é a área gerada pela membrana política, entre o norte de Portugal e a Galiza, porosa aos fluxos de pessoas, bens e saberes, seja essa circulação aceite ou perseguida pelos Estados que controlam os limites territoriais.

Através dos processos envolvidos na produção duma realidade que se transforma, numa região com uma história complexificada pela existência da nação sub-estatal galega, proponho o exame de três níveis da construção duma *cultura de orla*, pela percepção dos lugares e pela dinâmica dos fluxos. Um primeiro, corresponde a uma abordagem de várias escalas, locais e translocais, que se cruzam na fronteira, com especial ênfase nas rotinas que geraram as *culturas de orla* e o recurso a práticas quotidianas que integram as «armas dos fracos» (Scott, 1985) com recurso ao «registo escondido» (Scott, 1990), actualmente em fase de emblematização local, patrimonialização e turistificação. Num segundo interrogio a intercepção entre o centro e a periferia na demarcação de fronteiras, sobretudo pelos discursos e pelas práticas de diversos grupos em torno dessa delimitação, através duma abordagem do tratado de limites assinado entre Espanha e Portugal, em 1864. Finalmente, dois momentos de «efervescência colectiva», um à partida mais enquadrável na visão durkheimiana, outro pelo lado da acção colectiva e da violência, permitem interrogar a emergência dum acontecimento e a manipulação da memória, com o lacre de silêncio que recobriu alguns eventos

associados à resistência na fronteira durante o franquismo, o salazarismo e a *Transición*.

Pelas características específicas de que se reveste, várias foram as escalas usadas para a análise do objecto, que remetem para uma etnografia ora mais lata – utilizando em termos comparativos a produção antropológica sobre as fronteiras – ora mais afunilada e «concreta», resultado dos dados intensivos de terreno em várias aldeias da raia. Ainda que não se centre o trabalho sobre «a identidade», conceito puído pela excessiva utilização, certo é que novas identificações vêm sendo construídas sobre as formas locais e nacionais.

2. Uma escala, do latim *scala*, é uma graduação, uma categoria, diz-nos o *Dicionário* de Cândido de Figueiredo. Nos mapas, relaciona a distância real com a figurada. Co-relaciona a medida de um desenho ou de um plano com a do real representado. Na música, é uma série de notas que sobem ou descem, indicando sons ascendentes ou descendentes. É também uma forma de subir ou de assaltar, uma paragem de um navio ou de uma aeronave para carga ou descarga. Poucas expressões acusarão uma tão variada polissemia.

Entre as opções técnicas ao nível dos métodos quanto às relações de escala, pressupostas pelas preferências teóricas, uma é fundamental. Trata-se de escolher entre uma análise do pequeno e circunscrito, com grande pormenor ou densidade descritiva, ou de recobrir maiores dimensões, com menor detalhe. O uso do microscópio para o infinitamente pequeno, com a *descrição densa* que dá conta das diferenças de significado pela etnografia aprofundada (Geertz, 1972), tem como contraponto as lentes do astrónomo, que recolocam no seio de um sistema.

A preferência pela primeira modalidade, através duma estadia de campo, alongada no tempo, num lugar circunscrito - um *sítio* antropológico - permite aceder às particularidades locais ou de um âmbito restrito, constituindo uma forma de evidenciar as pressões externas num nível localizado. A segunda perspectiva implica uma visão exterior das tendências gerais de âmbito translocal, recolocando o local de forma comparativa¹. Estas escolhas transportam consigo uma história,

¹ Para uma apreciação desta relação entre a pequena escala e a grande escala nos processos de globalização e na determinação do perfil da globalização hegemónica, ver Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2001:84).

fundamentada no próprio percurso disciplinar da antropologia. Num outro texto (Godinho, 2001) havia discutido a aceitabilidade da noção de comunidade no contexto sul de Portugal, considerando que em locais fortemente marcados pela distinção social o esbatimento das classes tornava ineficaz aquele conceito. Porém, não havia questionado de maneira mais geral a *comunidade*, que permite interrogar igualmente a *comunidade imaginada*, cunhada por Benedict Anderson (1983). Será que esta vem preencher o vazio deixado pela desintegração ou pela inexequibilidade da *gemeinschaft* de Tönnies? Eric Hobsbawm interroga porque razão, tendo perdido as comunidades reais, as pessoas teriam desejado este tipo particular de substituto (Hobsbawm, 1998:47) e detecta um dos fundamentos na mobilização feita pelos Estados, em certas partes do mundo, de determinadas variantes dos sentimentos de pertença colectiva, a que chama *protonacionais*, cujo mais decisivo critério é a consciência de pertença, no passado, a uma entidade política duradoura, mobilizável pelas elites para uma causa moderna.

Na antropologia sobre Portugal é detectável a emergência das questões de escala em dois momentos, distanciados por quarenta e oito anos. Assim, num mesmo ano, 1948, Jorge Dias publica *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*, uma abordagem extensiva que permite mapear este instrumento, e a tese defendida por Jorge Dias, *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária*. Na primeira das obras, o autor aplica à distribuição dos arados a grelha tripartida proposta pelo geógrafo Orlando Ribeiro (1945) – Portugal Atlântico, Portugal Transmontano, Portugal Mediterrânico – e verifica que lhes corresponde respectivamente o arado quadrangular e o cultivo de milho, o arado radial e o pão de centeio e, finalmente, ao sul de Portugal, o arado de garganta, associado ao trigo. Em conjunto com o estudo monográfico e localizado de *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária*, definiram-se duas linhas de pesquisa, “o inquérito extensivo cobrindo a globalidade do território continental (também alargado às ilhas atlânticas) visando o levantamento e análise dos elementos da cultura material; e o estudo intensivo de pequenas comunidades, com trabalho de campo e com o objectivo da restituição dos dados recolhidos e do seu tratamento sob a forma de monografias” (Brito e O’Neill, 1991: 12)².

² Numa aproximação à história da etnologia francesa, Christian Bromberger (1987) reconhece a passagem de uma fase macroscópica, de grandes levantamentos, com inventários sistemáticos, análises de variações, etc., a uma outra, microscópica, que se instalou nos anos 1950-60, através de uma nova prática, a da estadia prolongada no terreno. Houve um retrocesso do campo da observação e da análise que deve conduzir a uma reavaliação dos próprios objectos da disciplina porque se muda a escala, altera-se a óptica (Bromberger, 1987:68). Esta modificação do campo da observação e da análise

Se Marcel Maget escrevia, em 1955 que a aldeia era um lugar de predileção para a pesquisa etnográfica (cit. por Bromberger, 1987:75), Jorge Dias vai defender que as pequenas comunidades são o laboratório dos antropólogos e, ainda que considerasse que esse “*grupo local integrado por pessoas que compartilham um território bem definido, as quais estão ligadas por laços de intimidade e convívio pessoal, e partilham de uma herança cultural comum*” (Dias, 1984 [1958]:7) não estava inteiramente definido, via-o como unidade de análise passível de ser apreendida por um único observador. São quatro as características básicas da comunidade descrita por Dias: (1) é circunscrita e limitada, tendo os que a constituem e os de fora consciência dos seus limites; (2) é culturalmente homogénea, com as gerações a reproduzirem-se, devido ao isolamento e à segregação; (3) é auto-suficiente, ainda que não constitua uma autarcia total; (4) em resultado das características anteriores, tem um forte sentimento de unidade, que homogeneiza internamente o grupo e o distancia dos grupos vizinhos, através de apodos, lutas ou pequenas guerras endémicas (Dias, 1984:9). Todavia, reconhece que em alguns casos, a definição de limites pode não ser clara, havendo uma terra de ninguém entre grupos. Mais, em regiões densamente povoadas é difícil descortinar os limites entre o *continuum* de ocupação humana do solo. Apesar de salientar o isolamento das comunidades, não deixa de notar que “*A comunidade, embora seja uma totalidade, está em total contacto com outras comunidades (...) Não é possível compreender uma tribo, e muito menos um estado, sem começar por analisar as partes que o compõem (...) Contudo, mesmo para aqueles que se queriam dedicar ao estudo do carácter nacional, é de grande utilidade ter previamente feito estudos de comunidade, pois esta é o laboratório onde o etnólogo apura os seus métodos, afina as suas técnicas de observação e análise e desenvolve a capacidade de penetrar nos meandros complexos da natureza humana.*” (Dias, 1984 [1958]:20).

Em 1996, adequando-se como catálogo a uma exposição realizada no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa, é editada uma obra de balanço das modificações no mundo rural português ao longo dos últimos cinquenta anos, sob a organização conjunta de um engenheiro agrónomo

relativamente ao que era grande e longo, tornando-se pequeno e curto, no espaço e no tempo, fica associada a uma passagem ao pequeno terreno, ao pequeno tema. Esta transição do grande ao pequeno não tem uma história fácil, porque se os investigadores justificam sempre a escolha de um terreno, já não são igualmente prolixos no que concerne ao espaço que escolheram. A preocupação de mapear e de localizar num tempo vasto, própria dos grandes levantamentos, pretendendo articular exaustivamente um máximo de materiais de um máximo de lugares, integra uma bulímica “etnologia do grande” (Bromberger, 1987:70), associada a uma recolha de urgência num mundo que se desruralizava.

ligado à sociologia e à história agrária, Fernando Oliveira Baptista, um antropólogo sénior, que integrara a equipa de Jorge Dias, Benjamim Pereira, e Joaquim Pais de Brito, director do Museu Nacional de Etnologia. Depois duma apresentação geral do país rural num período de cinquenta anos, esta obra permitia a percepção das alterações específicas, através de retratos localizados de mudança. No mesmo ano, Joaquim Pais de Brito publica a sua obra de revisitação a Rio de Onor, *Retrato de Aldeia com Espelho*, que salientava o efeito de retroacção do livro de Jorge Dias no local, procurando ler as formas reprodutivas da aldeia e dos núcleos domésticos. Com meia centena de anos de permissão, reiteravam-se as duas vias de abordagem, a intensiva e a extensiva.

3. A noção de comunidade, que resumiu num tempo longo a dimensão do confinamento dos indivíduos, conduz-nos a questionar o fechamento físico e mental dos indivíduos e a geração de sentimentos de pertença exteriores à comunidade local. Pressupõe que um grupo de pessoas tem algo em comum, que o distingue dos membros de outros grupos. A descredibilização das comunidades como objecto de estudo numa via redfieldiana, apresentadas como pequenas, homogéneas e auto-suficientes (Redfield, 1955; 1956), *part societies with a part culture* na linha de Kroeber (1948), não acarretou uma idêntica desconsideração como unidade de análise³.

Segundo Susana Narotzky (2001), quer fosse entendida a partir de Tönnies, de Maine, de Weber, de Durkheim ou de Redfield, a comunidade estabelecia um *continuum* entre dois pólos, ainda que designados diferentemente: comunidade/sociedade; status/contrato; relações sociais comunais/associativas; solidariedade mecânica/orgânica; rural/urbano. De um lado, estava a comunidade com as suas relações chegadas, inatas, emocionais, concretas. Do outro, encontrava-se a «sociedade» com relações adquiridas, contratuais, racionais, abstractas. Estes modelos teóricos tinham uma característica fundamental, associada à sua projecção no espaço e no tempo: a proximidade, o carácter imediato, a subjectividade, a naturalidade e a anterioridade do pólo «comunitário», em oposição à distância, à mediação, à objectividade, à artificialidade e à

3 Susana Narotzki considera três óbices à aceitação da comunidade como objecto de estudo (Narotzki, 2001:27-8). O primeiro é a localização, ou seja, a consideração das relações sociais, das instituições e dos processos históricos num domínio espacial. O segundo, de carácter metodológico, liga-se aos estudos de terreno e às técnicas de investigação usadas pelos antropólogos, nas quais o trabalho de campo desempenha um papel central. O terceiro assenta nos marcos teóricos do conceito de comunidade

posterioridade do pólo «sociedade» (Narotzky, 2001). Traduzem o contexto dos debates, em termos económicos e políticos. A aldeia é vista como uma comunidade compacta e o seu espaço como unidade de análise, que só aparecerá cindida com os estudos sobre a emigração, sendo então recriada num espaço virtual sob a forma da identidade (Narotzky, 2001:41). Se aqueles que se deslocam forem integrados no modelo teórico, a comunidade local perde valor como unidade de análise (Narotzki, 2001:42). A autora considera que o conceito de estrutura social não pode ser localizado, já que remete para ligações entre instituições sociais, que por sua vez implicam a análise de conexões recorrentes, entre pessoas e grupos. Essas relações são estabelecidas com quatro finalidades: (1) aceder à produção de pessoas; (2) adquirir recursos materiais que garantam o sustento; (3) conseguir recursos de coerção; (4) obter recursos de persuasão e de criação de consenso. Estes quatro âmbitos, que são mais do que o parentesco, o económico, o político e cultural ou simbólico, enformam os processos de estruturação social na sua interrelação constante.

O conceito de comunidade, na óptica de Tönnies (1857), está frequentemente associado a um conjunto geográfico bem definido, a aldeia, o local das relações pessoa a pessoa. Pressupõe uma noção igualitária, obscurecendo o discurso acerca das diferenças e privilegiando o de identificação entre os variados sectores sociais que utilizam um mesmo território (Valcuende del Rio, 1999:219). A ideia de comunidade corresponde a uma ideologia dominante e imposta, que oculta o que há de distinto e de complexo nos fenómenos sociais, salientando o que existe em comum entre determinados indivíduos, inseridos em grupos mais vastos, dentro dos quais se esbatem o género, a classe, o estatuto social e a diferenciação interna.

O prolongamento e a dilatação do conceito permitiram estendê-lo a outros conjuntos, à escala da nação, ou da etnia, como colectivo de partilha de um conjunto de características, como sucede com as *comunidades imaginadas* analisadas por Benedict Anderson (1983). Para Anderson, a nação é uma comunidade política imaginada, ao mesmo tempo limitada e soberana. Considera-a *imaginada* porque os membros da mais pequena das nações nunca conhecerão todos os seus compatriotas, nunca os encontrarão ou mesmo ouvirão falar deles, ainda que seja mantida ao longo das suas vidas a imagem da sua comunhão. A localidade, a nação ou a etnia podem, num contexto determinado, integrar esse colectivo espacialmente definido ou não, a comunidade.

Pensar as relações entre o local e o global coloca uma espécie de paradoxo já que as designações «global» e «local» são entendidas como se constituíssem segmentos duma escala que caracterizasse uma parte, mas não o todo, das medidas que poderiam ser utilizadas (Strathern, 1995:177). A percepção dos fluxos conduziu a uma enfática apreciação dos movimentos de pessoas, de bens, de capitais, de informação, de ideias. O objecto privilegiado da antropologia parecia territorializado, marcado por fronteiras espaciais. A desterritorialização era apontada como a chave para entender os processos actuais, com a distância constituindo uma função do tempo e a proximidade uma função de interesses partilhados. Numa situação de fluxos culturais globais, Arjun Appadurai interroga o lugar da localidade, entendida como relacional e contextual, mais do que espacial ou de escala (Appadurai, 1996:178). Para Appadurai, a vizinhança é a forma actual através da qual ganha sentido a localidade e inclui imagens como a de *circuito* ou *zona fronteira* (*border zone*), que considera preferíveis às de comunidade e às de centro/periferia, quando há migrações transnacionais envolvidas (Appadurai, 1996:204). A localidade, como aspecto da vida social, e a vizinhança, como forma social substantiva, servem para interrogar o papel da nação num mundo em que a localização espacial, a interacção quotidiana e a escala social não são sempre isomórficas (Appadurai, 1996:179). Em condições de turbulência, os indivíduos em exílio criam um sentido de lugar e de pertença, de perda ou de negação, que permite entender como o sentido da paisagem é processual: se fazemos o tempo e o espaço, também por eles somos construídos (Bender e Winer, 2001: 1).

Se o global acontece localmente (Santos, 2001:79), também o local se repercute globalmente. A relação entre o local e o global, assente no território, é igualmente tratada por Boaventura Sousa Santos, para quem os *localismos territorializados* são protagonizados por povos que ao fim de séculos de opressão reivindicam o direito à autodeterminação, enquanto os *localismos desterritorializados* estão ligados a grupos translocalizados, como os emigrantes árabes em Paris, os turcos na Alemanha, ou os latinos nos EUA: “*Para estes grupos o território é a ideia de território, enquanto forma de vida em escala de proximidade, imediação, pertença, partilha e proximidade* (Santos, 2001:61). Esta reterritorialização pode ocorrer a um nível infraestatal ou superestatal. No caso da União Europeia, com uma política que revela o temor em relação aos movimentos de migrantes e refugiados, ao mesmo tempo que se desterritorializam as relações entre os cidadãos dos Estados-membros, são reterritorializadas aquelas que respeitam a cidadãos de Estados terceiros.

A aldeia, a região, a nação ou um espaço transnacional não podem ser apreendidos nas mesmas condições nem dar lugar ao mesmo tipo de raciocínio. Eric Wolf, na sua leitura da economia-mundo de Immanuel Wallerstein, demonstrou que o reconhecimento das populações do globo deve ser feito em interação e não isolando-as (Wolf, 1997). Para Wolf, uma história analítica tem de transcender o nível duma cultura, duma nação, duma área cultural ou dum continente, durante um período de tempo. No sentido de conseguir uma história global de culturas, reforça a necessidade de fazer a História dos sem História - primitivos, camponeses, trabalhadores, imigrantes e todas as minorias. As sociedades e as culturas constituíam partes de sistemas mais vastos, mesmo antes do advento do capitalismo, embora este modo de produção tenha globalizado ainda mais as trocas (Wolf, 1997: X). Recorda-nos Eric Wolf que as interconexões podem ser (1) ecológicas, como sucede com a destruição da camada de ozono, que desencadeia alterações globais, ou com as vinhas europeias destruídas pela filoxera americana; (2) demográficas, através dos fenómenos migratórios, dos refugiados ou do turismo; (3) económicas, como quando uma crise num ponto do globo abala toda a economia capitalista; (4) políticas, demonstradas pelas invasões recentes por parte do exército norte-americano em diversos pontos do globo, que evidenciam as reverberações sobre outros países. É assim no presente como o foi no passado: as doenças da Eurásia devastaram as populações da América e da África e a sífilis veio do Novo Mundo para o Velho. Se os Europeus levaram as suas plantas e animais para as Américas, também trouxeram batatas, milho e mandioca. A escravatura levou à deslocação forçada de muitos africanos para as Américas. A Europa aprendeu a copiar os têxteis indianos e as porcelanas da China, a comer chocolate americano, a beber café e a fumar tabaco americano, a usar a numeração árabe. Estes factos conhecidos indicam contacto e inter-conexão, ligações e inter-relações, conquanto alguns estudiosos continuem a insistir nos estudos de pequenas comunidades ou de nações. Propõe que se atenda aos *processos* que transcendem os casos isolados, movendo-se e transformando-se, já de que praticamente todas as culturas do mundo foram atingidas pelos efeitos da expansão europeia, nos últimos 500 anos. Torna-se difícil olhar para uma cultura como um sistema fechado ou uma forma de auto-perpetuação de formas de vida. No epílogo da obra, Eric Wolf reforça a asserção de que a humanidade é constituída por um conjunto de processos interconectados, conquanto algumas investigações dissimulem a sua totalidade. É assim com conceitos como o de nação, sociedade ou cultura, que só podem ser entendidos se recolocados nos campos de que são abstraídos.

Esta perspectiva não implica que a construção da sociedade como totalidade signifique pôr à distância as práticas que distanciam os grupos no seu interior. Decididamente metonímico, o argumento que assimila sem ambiguidades a parte ao todo não introduz uma reflexão sobre as incidências empíricas e teóricas das variações de escala (Bensa, 2006). A aldeia, a região ou a nação encobrem no seu interior os grupos em que se disseminam os indivíduos por classe, género, idade, etc., conquanto possam ser apresentadas como corpos homogéneos. Quando Clifford Geertz descreve o ritmo conceptual interno das suas análises como o *ir e vir* dialéctico contínuo entre o mais local dos detalhes locais e a mais global das estruturas globais, que acontecem em simultâneo, situa-se no encaço de Marcel Mauss, que dava à antropologia a tarefa de pôr em relevo o *homem médio* ou total de cada sociedade estudada (cit. Bensa, 2006). Os fluxos díspares e incessantes parecem ser as únicas formas de apreender na sua dialéctica os quotidianos dos indivíduos repartidos pelos grupos duma dada sociedade.

4. Nos estudos acerca de fronteiras são recorrentes dois tipos de interrogações teórico-metodológicas. Uma centram-se na possibilidade de abordar realidades locais e processos mundiais em simultâneo, as outras interpelam as articulações entre a macro-perspectiva, a etnografia local, a observação participante, as histórias de vida. Começam a ficar distantes os tempos em que a antropologia fixava barreiras no espaço, dentro das quais tinham os seus domínios os Nuer ou os Aranda, os Arapesh ou os Winnebago, como é evidenciado na amostra universal de Murdock (1957).

Só através da articulação entre processos locais e globais será possível entender como a construção de fronteiras foi vivida nas cidades e vilas, entre indivíduos variados, com alterações ao longo dum único ciclo de vida. No caso europeu, Bjorn Thomassen lembra que qualquer estudo de limites encara a área em questão como uma unidade aberta de pesquisa, que depende de um leque de variáveis, como o vasto processo de formação dos Estados, as políticas de fronteira na União Europeia, a história das ideologias nacionais e seu desenvolvimento na área, a localização das regiões de fronteira numa determinada economia política e o seu posicionamento geopolítico em relação aos estados. Acresce que há também sociedades locais manipulando ou mesmo influenciando estes processos de grande escala, o que exige uma combinação de métodos diversificados (Thomassen, 1996). As fronteiras e as comunidades implicam a ideia de uma relação com os outros (Raveneau, 1996),

reforçada pela asserção barthiana de que as distinções étnicas não dependem duma ausência de interacção e de aceitação social, mas antes constituem o seu fundamento: a interacção não as liquida, em consequência da mudança ou da aculturação, já que as diferenças culturais podem persistir apesar dos contactos inter-étnicos e da interdependência (Barth, 1969).

Como refere Thomassen, em crítica a Appadurai e Hannerz, extensível também às concepções de Boaventura Sousa Santos, nomeadamente à oposição entre «locais» e «cosmopolitas», é difícil perceber se estas ideias se reportam à realidade empírica ou a mundos sonhados de e para o *jet-set* intelectual (Thomassen, 1996). De facto, qualquer trabalho de terreno permite a percepção de que o território, na sua materialidade, ajuda os indivíduos a saberem quem são, não refutando contudo a importância do estudo dos fluxos para fenómenos como as migrações, o contrabando ou as guerras. As fronteiras, historicamente marcadas pelas lutas pela apropriação de território, constituem um bom exemplo da utilização da territorialidade, funcionando os mapas como abstrações que definem a realidade em congruência com uma determinada visão do mundo. Permitem a percepção de que o sentido procurado para a realidade, em função das necessidades sociais de continuidade, passa pela construção de identificações colectivas sobre o espaço.

Os limites são exemplos da inter-relação entre a construção de fronteiras políticas e simbólicas e uma forma de aproximação ao local e ao global, questionando a forma como os macro-processos afectam as sociedades locais (Thomassen, 1996). Nas fronteiras do globo, segundo o autor, detectam-se algumas similitudes nas condições de vida: (1) encontram-se tipos económicos mais ou menos distintos; (2) assinalam-se formas específicas de mercado fronteiriço, com trocas legais e ilegais aos olhos dos Estados centrais; (3) constituem um ponto de encontro de políticas e ideologias nacionais; (4) há uma consciência de viver nas margens da sociedade, constituindo centros nas periferias; (5) existe maior possibilidade de manipular, escolher e justapor identificações; (6) eventualmente, são aí detectáveis nações em potência e minorias étnicas periféricas relativamente aos Estados centrais.

As fronteiras persistem, apesar do fluxo resultante do constante cruzamento feito por pessoas, deduzindo-se que as distinções étnicas não dependem da ausência de mobilidade de contacto ou de informação, antes integram processos sociais de exclusão e de incorporação, em que são mantidas as categorias, ainda que mudem os participantes e os membros

(Barth, 1969:10). Num texto que analisa a *Acta Geral de Demarcação do Tratado de 1906*, assente no Acordo de 1864 entre Espanha e Portugal, Joaquim Pais de Brito procura uma aproximação à fronteira como "*local que participa das práticas e representações que investem o espaço e as relações sociais.*" (Brito, 1988:339). Verifica que a fronteira política nacional é também, talvez prioritariamente, fronteira ou limite do território das aldeias que a bordejam, com uma vivacidade que contrasta com a indiferença dos poderes e o fraco desenvolvimento. O objectivo de guardar o seu território participa dum traço essencial das comunidades aldeãs: o de atribuir uma identificação por oposição às outras aldeias vizinhas. São frequentes os acordos tendentes a resolver as situações conflituais sobre o acesso a pastagens e outros recursos, passando recorrentemente por caminhadas conjuntas para demarcação das áreas em litígio, assinalando os limites, os direitos e as concessões recíprocas, plasmadas em documentos (Brito, 1988:338-9). Quando estes vizinhos são em simultâneo, «estrangeiros», as práticas mais ou menos ritualizadas como os jogos, as competições, as constatações ou as reivindicações das diferenças nas maneiras de dizer e de fazer quanto à língua, aos costumes ou a culinária, as expressões da oralidade que se cristalizam em fórmulas mais rígidas como os ápodos, os ditados ou adivinhas, as canções ou os contos, são outras tantas práticas de salvaguarda de um território (Brito, 1988:339). Conclui que as aldeias fronteiriças participam activamente na construção de um país, cujos confins estatais se encarregam de defender, *defendendo-se*, enquanto por outro lado, marcam claramente, nos pontos onde os riscos de diluição poderiam ser mais graves, os contornos de uma pertença e de uma identidade nacionais (Brito, 1988:340). Tal como no seu texto a propósito de Rio de Onor (Brito, 1996), considera que a fronteira é manipulada para fugir aos impostos, ao serviço militar, mas que é também perto dela que mais sentiram as consequências nefastas da sua presença nos momentos de confrontação armada entre os dois Estados ou de invasão, bem como é aí que são mais vívidas as memórias dramáticas da guerra civil de Espanha.

A fronteira tanto liga como separa e, se pode ser olhada como uma barreira, também a vemos transcendida pelas redes sociais que servem de sustentação às *culturas de orla*. Os amigos e «os amigos dos amigos», para retomar o título da obra de Jeremy Boissevain (1972), as relações inatas e aquelas em que cada indivíduo se torna empreendedor, dilatando nuns sentidos e não noutros a sua rede e estabelecendo coligações, conferem abertura a qualquer unidade de pesquisa estabelecida sobre a fronteira. O objecto de estudo exige que se reconheça nessa realidade de trocas um domínio privilegiado para ler duas ou mais sociedades.

5. Numa excursão pela fronteira que realizou em 1947, na aldeia de Vilarelho da Raia, no concelho de Chaves, Jorge Dias deparou com um objecto que servia como pedra para lavar roupa. Identificou-o como um metate, antigo moinho usado por Incas e Astecas, antes da chegada dos europeus à América. No ano seguinte, quando voltou à aldeia, a pedra estava partida, mas ficou a saber que existia uma outra, com a mesma finalidade. Apurou que trinta anos antes, um homem de Rabal, *pobo* galego localizado a duzentos metros de Vilarelho, vinha a esta aldeia fazer chocolate. Moía o grão do cacau em dois destes moinhos, através duns rebolos de pedra, misturava a farinha, o açúcar, um pouco de manteiga e enformava em placas, vendidas depois pelas aldeias portuguesas das imediações (Dias, 1949). Através de um texto sobre a cultura material, que revela a atenção do fundador da moderna antropologia portuguesa a este objecto, podem ser ilustrados os cruzamentos correntes dos aldeões desta zona da fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza, a existência de uma indústria e comércio locais ou de pequena escala, mas que envolve um tráfico transnacional, a continuidade de uma história e a ligação entre as pequenas aldeias da veiga de Verín-Chaves e um wallersteiniano sistema-mundo.

Após alguns estudos de terrenos aprofundados neste contexto, ao longo dos anos 1980 e 1990 – Cambedo da Raia e Vilarelho da Raia (Godinho, 1993; 1995; 1996; 2003; 2004a; 2004b; 2004c; 2005a; 2005b; 2006) – demarcou-se uma área, dilatada pela fronteira entre o concelho de Chaves e os de Cualedro, Oimbra, Verín e Vilardevós, aí realizando um trabalho menos denso, como nos círculos concêntricos que se formam depois de se lançar uma pedra a um lago. De maneira mais esparsa, estendeu-se a abordagem à continuidade com os limites de Vinhais e Montalegre. Ainda assim, não se esgotou as redes relacionais estabelecidas na fronteira e que se disseminam pelo globo, constituindo uma unidade aberta de pesquisa. Na zona, se algumas aldeias constituíam uma extensão das redes sociais preferenciais de outras, cada indivíduo, em virtude da sua especificidade, possuía ramificações das suas teias, que conduziam em sentidos nem sempre convergentes. Ou seja, ampliando a área abordada e dilatando a unidade de análise tornavam-se mais perceptíveis os fluxos e os lugares, porquanto em cada um não se conseguia uma apreensão da continuidade sem quebras. Em cada momento e em cada lugar, as extensões dos segmentos de rede numa direcção serviram para compreender em detalhe as vidas dos indivíduos e dos grupos que enquadravam (familiares, ocupacionais, sociais) e, por elas, as áreas privilegiadas de contactos, passando duma rede de primeira ordem, a uma de segunda, etc. (Boissevain, 1972).

Nos sítios da fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza está-se hoje menos acompanhado que no passado, devido à dispersão demográfica. É também esta disseminação pelo mundo, do Brasil ao Luxemburgo e de Cuba à Alemanha, que alicerça a percepção dos contactos dilatados com o exterior. Não é recente, mas tornou-se generalizada com a passagem das modalidades transoceânicas para as deslocações dentro do contexto europeu. Esses contactos patenteiam-se igualmente nas redes expandidas por parte dos vizinhos locais, mercê das suas actividades (contrabando, emprego nas forças de segurança, venda ambulante, docência, etc.) e lugares sociais.

Pode ser tentador converter considerações heurísticas de método em postulados teóricos sobre a cultura e a sociedade, partindo da parte para o todo. A análise da complexidade das sociedades exige que se sigam múltiplos fios para dar conta dos entrelaçamentos colectivos, inseridos em redes sociais, frequentemente translocais, com a percepção de que a localização não é o concreto para o abstracto⁴. Todavia, as práticas disciplinares basilares da antropologia nem sempre nos apetrecham para o fazermos. O argumento metonímico, que assimila sem ambiguidades a parte ao todo, não introduz uma reflexão sobre as incidências empíricas e teóricas das variações de escala e deixa escapar sem subtileza modalidades de diferenciação por grupo económico e social, estatuto, género ou idade em contextos diferentes e em conjunturas diversas⁵.

Nas escalas para pensar fenómenos de natureza política como os que estão subjacentes às identificações fronteiriças, convém ter presente a simultaneidade local e global dos fenómenos, que todavia não significa que sejam universais (Moore, 1996:10). As unidades de análise, dilatadas e abertas, podem plasmar-se sobre os campos sociais, no sentido que lhes deu Bourdieu, ainda que passíveis de segmentação por comodidade heurística, atendendo à diferenciação dos grupos no seio de uma sociedade. Do tempo e dos grupos trataremos noutra oportunidade.

⁴ Segundo Bromberger, a diversidade de escalas de análise reflecte a complexidade das várias pertenças colectivas e deve usar conjuntamente um estudo de indicadores - traços objectivos cuja extensão e a sobreposição permitem delimitar unidades de pertença - e marcadores - traços reconhecidos e retidos pelos seus utilizadores como portadores de identidade (Bromberger, 1987:84).

⁵ As abordagens pós-modernas sobre os fenómenos políticos, ao insularem as discussões em torno do género, da sexualidade, da etnicidade, da ocupação profissional, da classe e da nação no signo, no símbolo e nas representações do risco, subestimam o papel desempenhado pelos Estados nas vidas dos cidadãos, sejam os seus, sejam os outros (Wilson e Donnan, 1998:2).

Bibliografia citada

- ANDERSON, Benedict (1991) [1993] *Imagined Communities – Reflections on the Origin and Spread of nationalism*, London/New York, Verso.
- APPADURAI, Arjun (2000) [1996] *Modernity at large – Cultural dimensions of globalization*, Minneapolis, Minnesota Press.
- AUGÉ, Marc (1992) *Non-Lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil.
- BARTH, Fredrik, ed. (1969) *Ethnic groups and Boundaries – The Social Organizations of Cultural Differences* MacDonald, Boston, Little, Brown and Co BARTH,
- BENDER, Barbara; WINER, Margot, ed. (2001) *Contested Landscapes – Movement, Exile and Place*, London, Berg.
- BENSA, Alban (2006) *La fin des exotismes - Essais d'anthropologie critique*, Toulouse, Anarcharsis.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1974) *Friends of friends - Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Basil Blackwell.
- BOURDIEU, Pierre (1994) *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*, Paris, Le Seuil.
- BRITO, Joaquim Pais de (1988) “Frontière et village – Note sur l’assise locale d’une frontière politique”, *Annales Geographie*, 541, pp. 330-343.
- BRITO, Joaquim Pais de; O’NEILL, Brian Juan, org. (1991) *Lugares de Aqui*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- BRITO, Joaquim Pais de (1996) *Retrato de aldeia com espelho*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- BRITO, Joaquim Pais de; BAPTISTA, F. Oliveira; PEREIRA, Benjamim E., coord. (1996) *O Voo do Arado*, Lisboa, IPM/MC/Museu Nacional de Etnologia.
- BROMBERGER, Christian (1987) "Du grand au Petit - Variations des échelles et des objectes d'analyse dans l'histoire récente de l'ethnologie de la France", CHIVA, Isac; JEGGLE, Utz, ed. (1987) *Ethnologies en Miroir - La France et les pays de langue allemande*, Paris, Editions de la Maison des Sciences de L'Homme, pp. 67-94.
- DIAS, António Jorge (1948) *Vilarinho das Furnas, uma aldeia comunitária*, Porto, IAC.
- DIAS, António Jorge (1949) “Um «metate» em Vilarelho da Raia”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XII, fasc. 1-2, pp.1-6.
- DIAS, António Jorge (1984)[1958] *Problemas de Método em Estudos de Comunidade*, Covilhã, Centro Cultural da Beira Interior.
- DOUGLASS, William (1998) “A western perspective on a eastern interpretation of where north meets south: Pyrenean borderland cultures”, in Hastings Donnan e Thomas Wilson (coord.) *Border*

identities. Nation and State at International frontiers, Cambridge, CUP, pp. 62-95.

GEERTZ, Clifford (1987)[1972] *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books [trad. castelhana *La interpretación de las culturas*, Barcelona, Gedisa].

GODINHO, Paula (1993) “O grupo do Juan e a importância da rede social”, *A Trabe de Ouro*, Tomo IV, ano IV, Outubro-Dezembro, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, pp. 571-583.

(1995) “O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana”, *A Trabe de Ouro*, Tomo II, Ano VI, Abril-Xuño, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, pp. 209-222.

(1996) “O maquis na guerra civil de Espanha: o caso do cerco a Cambedo da Raia”, *História*, nº 27, Dezembro, 2ª série, ano XVIII, pp. 28-45.

(2001) “Comunidade, classes e colectivos no sul de Portugal (Couço, 1958-62)”, *Ler História*, nº 40, pp. 127- 139.

(2003) “Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema”, CD-Rom *Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*, Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais, Bragança, 23-4 Outubro de 2003.

(2004a) “«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, AAVV, *O Cambedo da Raia – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da Republica, pp. 157-227.

(2004b) "Movimentos sociais rurais: questões de teoria e métodos", in Paula Godinho, Dulce Freire e Inês Fonseca (coord.) *Mundo Rural - Transformação e Resistência na Península Ibérica (Séc. XX)*, Lisboa, Colibri, pp. 89-106.

(2004c) "Conflictividad rural en Portugal en el Estado Nuevo (1958-1962): perspectiva genral y estudio de un caso", *Historia Social*, nº 49, Valencia, UNED, pp.117-133.

(2005a) "Confiscação de memórias e retroacção discursiva das elites: um caso na raia galaico-portuguesa", *Las políticas de la memoria en los sistemas democraticos: poder, cultura y mercado*, Actas do Congresso da Federación de Antropología del Estado Español, Sevilla, Setembro de 2005;

(2005b) "Nações na fronteira: patrimonializações na raia galaico-portuguesa", *Patrimonio cultural: politizações e mercantilizações*, Actas do Congresso da Federación de Antropología del Estado Español, Sevilla, Setembro de 2005;

(2006) *O leito e as margens - Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)*, Lisboa, Colibri.

- GREENHOUSE, C.; MERTZ, E.; WARREN, K.(Ed.) (2002) *Ethnography in Unstable places – Everyday Lives in Contexts of dramatics Political Change*, Durham e Londres, Duke University Press.
- HOBSBAWM, Eric (1998) *A questão do nacionalismo – nações e nacionalismo desde 1870*, Lisboa, Terramar.
- KROEBER, Alfred (1948) *Anthropology*, New York, Harcourt.
- MOORE, Henrietta L. ed. (1996) *The Future of Anthropological Knowledge*, London, Routledge.
- MOORE, Henrietta (1996) “The changing natural of anthropological knowledge” in Henrietta L. Moore, ed. (1996) *The Future of Anthropological Knowledge*, London, Routledge, pp. 1-15.
- MURDOCK, George P. (1988)[1957]”Muestra etnográfica mundial” in Joseph R. Llobera, ed. *La antropología como ciencia*, Barcelona, Anagrama, pp.203-230.
- NAROTZKI, Susana (2001) *La antropologia de los pueblos de España*. Barcelona, Icaria.
- RAUTENBERG, Michel, et al. (2000) *Campagnes de tous nos désirs*, Paris, Ed. Maison des Sciences de L’Homme.
- RAVENEAU, Gilles (1996) «Frontière et liens a la peripherie: la Corse et la Sardaigne», *Europaea – Journal of the Europeanists*, II.I, on-line, www.unica.it/europaea/1996ii1.html, 10.4.2007
- REDFIELD, Robert (1989) [1955] *The little Community*, Chicago, University of Chicago Press.
- REDFIELD, Robert (1989)[1956] *Peasant Society and Culture*, Chicago, University of Chicago Press.
- RIBEIRO, Orlando (1998) [1945] *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 7ª edição.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001) “Os processos da globalização”, in Boaventura de Sousa Santos, org. (2001) *Globalização – Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento, pp. 31-106.
- SANTOS, Boaventura Sousa, ed. (2001) *Globalização, fatalidade ou utopia?* Porto, Afrontamento.
- SCOTT, James (1985) *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven and London ,Yale University Press.
- SCOTT, James (1990) *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*, New Haven and London, Yale University Press.
- STRATHERN, Marilyn, ed. (1995) *Shifting Contexts – Transformations in Anthropological Knowledge*, London, Routledge.
- THOMASSEN, Bjorn (1996) “Border Studies in Europe: Symbolic and Political Boundaries, Anthropological Perspectives”, *Europaea – Journal of the Europeanists*, II.I, on-line, www.unica.it/europaea/1996ii1.html, 10.4.2007

- TÖNNIES, F. (1955) [1857] *Community and Association*, London, Routledge.
- VALCUENDE DEL RIO, José Maria (1998) *Fronteras, territorios e identificaciones colectivas - Interacción social, discursos políticos y procesos identitarios en la frontera sur hispano-portuguesa*, Sevilha, Fundación Blas Infante.
- VERENI, Piero (1996) “Boundaries, Frontiers, Persons, Individuals: questionaing «Identity» at National Borders”, *Europaea – Journal of the Europeanists*, II.I, on-line, www.unica.it/europaea/1996ii1.html, 10.4.2007
- WALLERSTEIN, Immanuel (1994) [1974] *O sistema mundial moderno*, vol. I e II, Porto, Afrontamento.
- WARREN, Kay B. (2002) “Toward an Anthropology of fragments, Instabilities and Incomplete Transitions”, in GREENHOUSE, C.; MERTZ, E.; WARREN, K.(Ed.) (2002) *Ethnography in Unstable places – Everyday Lives in Contexts of dramatica Political Change*, Durham e Londres, Duke University Press, pp. 378-392.
- WILSON, T. M.; DONNAN, H., ed. (1994) *Border Approaches: Anthropological perspective on Frontiers*, Lanham, University Press of America .
- WILSON, T. M.; DONNAN, H., ed. (1998) *Border Identities: Nation and State at International Frontiers*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WOLF, Eric (1997) [1982], *Europe and The People Without History*, Berkeley/Los Angels/ London, University Of California Press.